



International Tax Brazil

2008 - I

Highlights

- International assignments and the tax reimbursement policy
- Transfer Pricing - Brazilian tax Authorities allow de use of PRL on importe transactions
- Brasil recognize the new Mexican flat business tax

AS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A POLÍTICA DE REEMBOLSO TRIBUTÁRIO

À medida que as empresas continuam a expandir no ambiente de negócio global, muitos desafios e complexidades são enfrentados na expansão internacional da força de trabalho.

Logo, quando uma companhia toma a decisão de transferir empregados para funções internacionais muitos aspectos têm que ser levados em consideração, tais como moradia, padrão de vida e outros benefícios. Mas uma das mais relevantes questões enfrentadas pelas companhias e pelos expatriados é a necessidade de assegurar que a transferência internacional não acarrete qualquer prejuízo fiscal para o empregado transferido.

Em outras palavras, o empregado expatriado não poderá sofrer uma carga tributária maior do que aquela que sofreria caso trabalhasse em seu país de origem. Com o intuito de alcançar essa neutralidade tributária, as empresas vêm utilizando uma política de reembolso tributário.

A política de reembolso tributário proporciona um guia para calcular os ajustes necessários em uma transferência internacional. Os métodos os mais comuns empregados na política do reembolso são os processos de *Tax Equalization* e *Tax Protection*.

INTERNATIONAL ASSIGNMENTS AND THE TAX REIMBURSEMENT POLICY

Companies' continuous global expansion towards the emerging markets in connection to the lack of local experienced and skilled labor force has forced transnational corporations to relocate its employees and face a broad number of related challenges and complexities.

The decision of sending employees on international assignments must take into account several different aspects, such as housing and gaps on living standards that might result in additional expenses to the employees and ultimately to the companies. However, the most critical issue faced by both the employer and its international assignees is to ensure that the international assignment does not result in a higher tax burden to the employee.

In other words, the employee should not bear the burden of a combined taxation on his income (home and host countries taxes together) in excess of what he would be paying if was still in his home country. In order to achieve such tax neutrality, companies usually use tax reimbursement policies.

A tax reimbursement policy should work as a guide for the calculation of any necessary adjustments in order to avoid any additional tax burden on the international assignee as an outcome of the expatriation. For that matter, there are two methods widely employed: tax protection and tax equalization.



Tax protection é uma política que reembolsa o expatriado do tributo adicional que incorrer quando em uma função internacional. Portanto, em um processo *tax protection* o empregado é responsável pelo pagamento de todos os tributos, tanto aqueles originados do país de origem quanto do país atual.

Assim, ao final do ano, a companhia fará uma comparação entre todos os tributos arcados pelo empregado com aqueles que seriam devidos caso este permanecesse em seu país de origem, são os chamados *stay-at-home taxes*, que serão determinados de acordo com a política tributária da companhia.

Embora ambos os métodos (*tax equalization* e *tax protection*) sejam calculados por diferenças dos tributos pagos, a lei tributária dos países não coordena as formas de aplicação dos mesmos. Portanto, o empregador tem a flexibilidade de ajustar o método utilizado para que possa refletir as filosofias corporativas e culturais da companhia.

Caso o cálculo final dos tributos pagos exceder o valor dos *stay-at-home taxes* a companhia reembolsará o excesso ao empregado expatriado. De outro lado, se o cálculo final for menor, a diferença permanecerá com o empregado.

O outro método, *tax equalization*, é um processo que assegura que os custos tributários incorridos por um expatriado durante uma transferência internacional sejam os mesmos que este teria se estivesse em seu país de origem.

Assim, no *tax equalization* a companhia suportará todos os dispêndios tributários do empregado, tanto do país atual, como do de origem. Em contrapartida caberá ao expatriado tão somente os ônus tributários correspondentes ao *stay-at-home taxes*.

Ao final do ano, uma conciliação de contas será preparada, baseada na real renda auferida durante o ano. Esta conciliação determinará se a empresa arcará com um valor maior do que o *stay at home tax* ou se a empresa se beneficiará de uma carga tributária menor.

Tax protection is a policy that reimburses the expatriate the excess tax he may incur while on an international assignment. Therefore, in a tax protection process the employee initially is responsible for the payment of all actual home and host country taxes combined. Then, at the end of the year, the company will compare both taxes paid with a hypothetical home country tax burden (amount the employee would pay if had not taken the assignment), commonly called stay-at-home tax, which will be determined under the company's tax policy.

If the actual worldwide tax exceeds the stay-at-home taxes the company will reimburse the excess to the expatriate. On the other hand, if the actual worldwide taxes paid are less than stay-at-home taxes, no reimbursement will be paid and the employee will be entitled to keep the tax windfall. As a downside, employees' cash flow is highly affected during the year (until reimbursement) due to his liability to collect both actual home and host countries taxes.

On the other side, tax equalization is a procedure to ensure that the income taxes incurred by an expatriate on an international assignment are equal to the amount he would have paid at home. Accordingly, initially in the tax equalization system the company bears the responsibility for all assignee tax costs, actual home and host country. However, a stay-at-home hypothetical tax will be collected at payment dates.

At the end of the year, the company will prepare a reconciliation based on actual income received during the year. Such reconciliation aims at determining whether the hypothetical stay-at-home taxes collected throughout the year were higher or lower than taxes paid at the host country. If higher, compensation will be due to the employee for the outstanding amount. Therefore, please note that in the tax equalization system assignees will always bear the stay-at-home tax.

It is worth mentioning that although both policies look very similar in a primary analysis, the tax equalization method may potentially result in a lower burden to the companies, considering the employer is entitled to keep any eventual tax windfall.



Ainda que, à primeira vista, ambas as políticas possam parecer similares, o método de *tax equalization* pode trazer mais benefícios às companhias. No processo de *tax equalization* o empregado terá sempre a mesma carga tributária, não obstante o local de trabalho, e, portanto, será mais fácil transferi-lo. Já se o empregado for sujeito ao método de *tax protection* ele pode hesitar em aceitar uma transferência nova que seja para um país de baixa tributação, pois perderá o direito em manter a diferença de tributos.

Tax equalization promove ainda o cumprimento das normas tributárias. Devido à situação tributária neutra alcançada por esta política, o empregado expatriado é incentivado a cumprir com todas as regras tributárias, pois não obtém qualquer benefício em não cumpri-las. O mesmo não ocorre com a política de *tax protection*, uma vez que a carga tributária menor favorece o empregado, que é quem se beneficia da diferença a menor de tributos.

E mais, na utilização de uma política de *tax equalization* os custos tributários podem ser controlados. Com este método, a empresa ficará com os benefícios de ter empregados em países de baixa tributação, o que ajudará a compensar os custos de ter empregados em países de alta tributação. Uma política de *tax protection* seria interessante para apenas um lado. Caso a carga tributária do empregado seja menor do que a *stay-at-home tax*, é o empregado que terá direito aos benefícios. Lado outro, se a carga tributária for maior, a empresa é quem incorrerá em custos adicionais.

Entretanto, é importante destacar que não há nenhuma política universal perfeita de reembolso tributário. Cada companhia deve avaliar as opções disponíveis a fim alinhar os objetivos do método com as estratégias corporativas da empresa.

O importante é a companhia estabelecer uma política do reembolso, seja através de *tax equalization* ou *tax protection*. Alterações na carga tributária do empregado podem não somente influenciar a decisão em aceitar uma transferência internacional, mas como também influenciar na satisfação do trabalho.

Uma política eficaz do reembolso do tributário pode facilitar à companhia na mobilidade de executivos em torno do mundo como também controlar as expectativas e responsabilidades tributárias. Além do mais, pode permitir às empresas uma padronização e dinamização dos seus processos administrativos de expatriação de mão-de-obra.

In addition to an eventual financial gain, companies may experience less difficulty on finding employees willing to relocate, taking on consideration that under the tax equalization policy the employee would have the same net tax liability, regardless of the assignment's location. If the assignee was subject to tax protection system he could hesitate in accepting new assignments if the host country's tax rate is not lower than values due at his home country being provided that the windfall would no longer be available.

Moreover, tax equalization also promotes full compliance with tax regulations. Under the tax equalization policy the employee is subject to the same tax burden regardless of the compliance's level. If a tax protection is used, the assignee has more incentive to under report income, since lower taxes may accrue to the assignee's benefit.

In a deeper analysis, tax equalization allows cost reduction and control. Through this method, the employer would likely keep its skilled and technical personnel in countries with a lower tax pressure, as it would reduce the tax costs of having employees in countries with a higher income tax. In the opposite, Tax protection system would be a one way street. If the employee's total tax liability is less than the stay-at-home tax, the employee keeps the benefit. Nevertheless, if the total tax liability is higher, the employer incurs the additional costs.

It is important to note that although both mentioned methods (tax protection and tax equalization) are measured by tax differentials, tax law does not govern the policies. The employer has the flexibility to choose and regulate its own policy in order to reflect the company's culture and corporate philosophies.

There is no perfect universal tax reimbursement policy and for that matter, company must evaluate the options available in order to align its policy goals with the overall corporate strategies.

However, it is extremely important for companies to establish and disclose a clear reimbursement policy, either through tax protection or through tax equalization. Changes to cash flow may not only influence the decision to accept a foreign assignment, but may also influence job satisfaction.

An effective tax reimbursement policy can facilitate company in moving skilled and experienced employees around the globe by managing their expectations and eventual tax exposures (liability). Finally, it allows expatriate employers to standardize and streamline international assignments administrative processes.



PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – AUTORIDADES BRASILEIRAS PERMITEM O USO DE PRL EM IMPORTAÇÃO.

- Decisão do Conselho de Contribuintes reconheceu o método preço de revenda menos lucro (PFL) nas operações de importações.
- Por meio da lei 9430/96, o governo brasileiro estabeleceu o controle dos preços de importação e de exportação utilizados nas operações realizadas entre empresas brasileiras e suas partes vinculadas (residentes ou domiciliadas no exterior) ou empresas residentes ou domiciliadas em países de tributação favorecida. Conforme definido pela lei, tais regras abrangiam a importação e a exportação dos bens, os serviços ou os direitos e os pagamentos de interesse entre partes vinculadas.
- Para arbitrarem os preços de transferência da importação e da exportação, os contribuintes brasileiros devem escolher, dentre os métodos estabelecidos pela legislação, aquele que mais se ajusta as suas necessidades. Os métodos relacionados às transações da importação são os preços independentes comparáveis (PIC), os custos de gastos de fabricação mais o lucro (CPL) e o preço de revenda menos lucro (PRL).
- A aplicação do método do PRL para calcular o preço de importação dos bens a ser consumidos ou usado no processo de fabricação era vetada previamente pela instrução normativa 38/97. Tal limitação durou até janeiro 2000, com a publicação da lei. 9959/2000, que autorizou o uso do método de PRL nestes casos, mas com a utilização de uma margem de lucro de 60%.
- De acordo com tais normas, a Receita Federal brasileira fiscalizou os contribuintes (a maioria deles na área farmacêutica) que calcularam o preço de importação dos bens que foram usados ou consumidos no processo de fabricação de acordo com o método PRL.

TRANSFER PRICING - BRASILIAN TAX AUTHORITIES ALLOW DE USE OF PRL ON IMPORTE TRANSACTIONS

- By a decision of the Brazilian Taxpayers' Council (second level of the administrative court), the resale price less profit method now can be used on import transactions.
- The Brazilian government, through law 9430, established control of import and export prices charged on transactions carried out between Brazilian legal entities and their related parties (individual/legal entity resident or domiciled abroad) or individual/legal entities resident or domiciled in a reduced taxation country. It encompasses import and export of goods, services or rights and interest payments between related parties, as technically defined by law.
- In order to arbitrate import and export transaction prices, Brazilian taxpayers must choose the method that best fits their needs among those established by tax legislation.
- The ones related to import transactions are comparable independent prices (PIC), production cost plus profit (CPL) and resale price less profit (PRL).
- The application of the PRL method to arbitrate the import price of goods to be consumed or used in the manufacturing process was previously vetoed by normative instruction 38/97. Such restriction ended as of January 2000, with the implementation of Law no. 9959/2000, which authorized the use of the PRL method in these cases, but using a profit margin of 60%.
- Based on that ruling, the tax authorities have assessed the taxpayers (most of them in the pharmaceutical area) who arbitrated the import price of goods that were used or consumed in the manufacturing process according to the PRL method.



O Conselho de Contribuintes analisou os recursos das indústrias farmacêuticas e decidiu em seu favor. De acordo com o entendimento esposado, a Constituição Federal Brasileira determina que somente uma lei pode criar ou aumentar um tributo, enquanto um ato normativo pode meramente esclarecer o disposto de lei. No caso, a limitação foi incluída somente por uma instrução normativa e não através de lei. Portanto, naquele tempo, a lei 9430/96 não impediu o uso de PRL (margem de lucro de 20%) caso os bens importados fossem usados no processo de fabricação.

The Taxpayers' Council (second level of the administrative court) has analyzed the pharmaceutical industries' appeals and has decided in their favor. According to their understanding the Brazilian Federal Constitution states that only laws can raise or create tax while the normative ruling can merely clarify the content of a law. The restriction was only included in a normative ruling, not in a law. Therefore, at that time, Law 9430/96 did not prevent the use of PRL (20% profit margin) in case the imported goods were used in the manufacturing process.

O NOVO IMPOSTO MEXICANO É RECONHECIDO PELO BRASIL

- A Receita Federal do Brasil reconheceu o novo imposto mexicano que incide sobre o faturamento das empresas, em vigor desde janeiro deste ano, como sendo um imposto sobre a renda, incluindo-o na abrangência do tratado para evitar a bitributação que o Brasil possui com o México.
- O reconhecimento permitirá que empresas e investidores brasileiros que tenham negócios no México possam fazer ajuste, ao pagar imposto de renda no Brasil, considerando este novo imposto. O governo brasileiro se antecipou até mesmo ao governo americano, que ainda estuda a natureza do chamado IETU - "impuesto empresarial a tasa única".
- A Receita americana anunciou que aceitaria temporariamente que investidores americanos no México pudessem se creditar do novo imposto nos Estados Unidos até que seja feita uma análise completa sobre a natureza do IETU.
- Para evitar que as empresas paguem duplamente um imposto sobre a renda auferido no exterior, os governos, em geral, permitem que os contribuintes paguem somente a diferença entre as alíquotas de imposto de renda entre um país e outro quando os recursos retornem ao país de origem do investimento.

BRAZIL RECOGNIZE THE NEW MEXICAN FLAT BUSINESS TAX

- The Brazilian tax authorities recognized the Mexico's new flat business tax as being a tax income and included it in the range of the Brazil-Mexico treaty for the avoidance of double taxation. The recognition will allow that the Brazilian's enterprises and investors who have business in Mexico could claim a deduction, while paying income tax in Brazil, considering this new tax.
- Brazilian government was previous even to the American government, which still studies the nature of the called Flat Rate Business Tax ("Impuesto Empresarial a Tasa Unica", hereinafter referred to as "IETU").
- The US tax authorities said that while they continue to study whether the IETU is a creditable income tax, they would not object that American investors in Mexico could be credited of the new tax in the United States.
- To avoid that the enterprises pay doubly a tax on the income derived abroad, the governments, in general, allows a deduction from assessed domestic tax for the tax paid abroad.
- Therefore, for example, Brazilian enterprises manage to off set what they paid of tax on the profit in Mexico while paying the same tax in Brazil.
- The problem with the IETU is that it is a sort of compulsory tax that happens on the enterprises' billings, which would create doubts on its nature of income tax.



Desta forma, por exemplo, empresas brasileiras conseguem abater o que pagaram de imposto sobre o lucro no México ao pagar o mesmo imposto no Brasil. A questão com o IETU é que ele é uma espécie de imposto obrigatório que incide sobre o caixa das empresas, o que geraria dúvidas sobre sua natureza de imposto sobre a renda.

O governo mexicano criou o IETU para aumentar sua base de arrecadação. Para isto, reduziu a alíquota de imposto de renda de 35% para 28% e criou a alíquota de 16,5% de IETU, que incide sobre o caixa do ano de 2008. Em 2009 passa para 17% e, em 2010, para 17,5%. As empresas vão pagar um ou outro imposto - o que, em valores absolutos, for maior. Isto significa que, mesmo que não tenham lucro líquido em determinado exercício, necessariamente algum imposto será pago.

A grande dificuldade para o governo mexicano ao instituir a nova forma de tributação, era a de manter os investimentos estrangeiros sem o ônus de terem que pagar duplamente o imposto. Para isto, foi necessário convencer os governos com os quais possui acordos de que o IETU incide sobre a renda. O Brasil fez este reconhecimento por meio do Ato Declaratório Interpretativo nº 22, publicado nesta semana, e que tem efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro.

The purpose of this new tax is for Mexico to increase tax collections, and become less dependent on oil revenues. The income tax rate was reduced from 35% to 28% and the IETU rate is 16.5% during 2008, 17% during 2009 and 17.5% for subsequent years. Therefore, the companies are going to pay one or another tax – which, in absolute values, will be bigger. This means that even the enterprises that do not have net profits in a certain year will necessary pay some tax.

The great difficulty for the Mexican government when applying the new structure of taxation was to keep the international investments, because of risk that the IETU would not be covered by tax treaties for the avoidance of double taxation. For that, it was necessary to convince all the governments which has treaties with Mexico that the tax levies on incomes. Brazil recognized the new Mexican flat business tax as covered by the treaty through the Tax Authority Interpretation Act nº. 22/2008, which has retroactive effects to January 1th, 2008.

•Mariana Dias Ribeiro and Melissa Fucci Assmann have contributed to this Edition.



São Paulo

Rua Bela Cintra, nº746/42

++ 55 (11) 3237-2130

Belo Horizonte

Rua Prudente de Moraes, nº287/1102

++ 55 (31) 3344-8713

www.assmannconsultoria.com.br

assmann@assmannconsultoria.com.br



The information contained in International Tax Brazil is of a general nature and is not intended to address the circumstances of any particular individual or entity. Although we endeavor to provide accurate and timely information, there can be no guarantee that such information is accurate as of the date it is received or that it will continue to be accurate in the future. No one should act on such information without appropriate professional advice after a thorough examination of the particular situation.